



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 8500375-37.2024.8.06.0254

Área da Demanda: Esmec - Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no DOD/DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a decisão de atendimento.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

- 1.1. A contratação é necessária para atendimento às demandas de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados e Servidores do TJCE, como função precípua da Esmec. O Conselho Nacional de Justiça tem entendido que esta excelência só será alcançada com o investimento em cursos e para tanto determinou, no Capítulo V — Diretrizes Orçamentárias e Financeiras da Resolução nº 126, que “Os Tribunais com Escolas Judiciais a si vinculadas incluirão em seus orçamentos rubrica específica para as necessidades específicas de recursos materiais e humanos para cumprir esta resolução”.
- 1.2. A obrigatoriedade da renovação solicitada, com base no estabelecido na Lei nº 9.394/1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional; na Lei nº 17.838/2021, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação; na Resolução nº 451/2014, que dispõe sobre o credenciamento e credenciamento pelo CEE; na Portaria nº 470/2018 do CEE, que estabelece sobre as normas do credenciamento; na Lei nº 11.2023/1986, que criou a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará; na Portaria nº 033/2023, do Conselho Estadual de Educação, que estabelece valor da retribuição a ser paga pela instituição ao especialista designado pelo CEE; e no Parecer CEE nº 323/2020

RS

- 1.3. Os cursos oferecidos pela Escola Superior da Magistratura do Ceará - Esmec são essenciais à constante melhoria da prestação jurisdicional, tendo em vista que colaboram para a formação continuada e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores.
- 1.4. Para que consiga oferecer cursos de qualidade, a Esmec busca realizar cursos e ações educacionais com diversidade de conteúdos e pertinência às diretrizes institucionais do TJCE, CNJ e Enfam. Ademais, a Esmec desenvolve ações educacionais para a formação inicial e continuada de magistrados, bem como realiza atividades de extensão e Pós-Graduação.
- 1.5. No caso da Pós-Graduação Lato Sensu (cursos de Especialização), é fundamental o credenciamento da escola perante o Conselho Estadual de Educação (CEE) para garantir que a instituição atenda aos requisitos legais e pedagógicos exigidos para a oferta de cursos e programas educacionais. O credenciamento assegura que a Escola siga normas de qualidade no ensino, promovendo a formação de profissionais capacitados e atualizados nas áreas jurídicas e judiciais alinhadas às diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Além disso, o processo de credenciamento permite que a instituição seja supervisionada e avaliada regularmente, garantindo a legitimidade e o reconhecimento de seus cursos. Isso é crucial tanto para os discentes, que buscam uma formação de qualidade, quanto para o sistema judiciário, que se beneficia de profissionais bem preparados e devidamente qualificados para desempenhar suas funções
- 1.6. Importante ressaltar que, com as constantes transformações da sociedade e com toda a complexidade do mundo jurídico (permanente criação ou atualização de leis, jurisprudência, doutrina, sistemas tecnológicos etc.) a Esmec não pode prescindir de cumprir as suas atribuições institucionais e oferecer cursos de qualidade, que sejam condizentes às necessidades de aprendizagem dos magistrados e servidores.
- 1.7. Para que todo esse processo seja concretizado, se faz fundamental contratar pessoas físicas ou pessoas jurídicas, estas últimas que contem com profissionais com expertise na área almejada, e que deverão ter reconhecido todo o seu esforço para planejar as aulas, organizar os conteúdos e disseminar os saberes que dominam e que o fazem ser uma referência em sua área de conhecimento.
- 1.8. Além disso, a necessidade em estudo apresenta os seguintes aspectos:



1.8.1. Periodicidade da necessidade: credenciamento da Escola a cada 5 (cinco) anos.

1.8.1.1. A necessidade deverá ser suprida em um período de 45 dias.

1.8.2. Local da execução: Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), endereço: Rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, bairro Edson Queiroz, Fortaleza - CE, CEP. 60811-670.

1.8.3. Quantidade de serviço: 1 (uma) avaliação *in loco*.

1.8.4. Disponibilidade dos serviços: avaliação *in loco* e resposta às demandas por e-mail ou whatsapp.

1.8.5. Havendo a contratação que atenda essa demanda, o TJCE poderá contar com o melhor aperfeiçoamento e atualização de seus magistrados servidores. Enfatizando que, caso contrário, ocorreria o risco de não credenciamento da Esmec, que poderia afetar até mesmo a qualidade e disponibilidade da atividade fim.

2. ANÁLISE DE SOLUÇÕES ANTERIORES

2.1. Não há contratação anterior que seja compatível com a necessidade apresentada, assim não tendo parâmetros de contratações internas para comparação preliminar.

3. FORMAS DE ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

3.1. Diante das particularidades da necessidade identificada, considerando a Resolução Nº 470/2018, identificou-se que a única alternativa para suprimento da necessidade estudada é a contratação de Avaliador indicado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Os serviços em foco nestes estudos têm o condão de dar fiel a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 470/2018, bem como a **Lei nº17.838, 22.12.2021 e Portaria 033/2023**]de modo que, em conjunto, signifique o pleno atendimento ao o (re)credenciamento da instituição de ensino, em conformidade com as diretrizes, normas e instrumentos educacionais emanados do Ministério



da Educação (MEC) e do próprio Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE/CE), garantindo a possibilidade de oferta de curso de Especialização.

- 4.2. Desta forma, a solução identificada para suprir a necessidade objeto deste estudo se relaciona indiretamente com a atividade fim do TJCE, pois diz respeito a capacitação de magistrados e servidores em nível de pós-graduação, que é essencial para a prestação dos serviços atribuídos ao TJCE.

5. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

- 5.1. A contratação ora pretendida está em consonância com os objetivos estratégicos da Esmec e do TJCE (conforme Planejamento Estratégico 2024), visto que prevê “aprimorar a gestão de pessoas”, o que é imprescindível para o funcionamento da Esmec no desempenho de suas atividades institucionais.

- 5.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, especificamente no Código da Contratação TJCEUGP_UGP_2024_0004.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O profissional deve possuir estrutura e experiência em atividades compatíveis com os serviços objeto deste estudo;
- 6.2. Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à empresa a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s);

7. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

- 7.1. Na observância do volume da necessidade e seu detalhamento, foram considerados:

- 7.1.1. Os serviços descritos na Resolução nº 470/2018 no art. 9º sendo “avaliar documentação apresentada e verificar, in loco, as condições necessárias ao credenciamento da instituição, os cursos a serem autorizados, seu funcionamento e potencialidades”.

- 7.2. Diante dos levantamentos realizados, foi possível identificar a quantidade de 1 (uma) avaliação de demanda que a necessidade impõe, mostra-se o quantitativo

mais aproximado que se pode relacionar neste primeiro momento de estudo, podendo ser ajustado no momento de desenvolvimento do Termo de Referência.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Para a contratação em tela, exigência do conselho

9. ESTIMATIVA DE VALOR

9.1. Considerando a Portaria nº 033/2023 que possui a indicação dos valores a serem pagos para o serviço de avaliar curso das instituições de educação superior que é o valor de R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) líquido.

10. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

10.1. Após as análises das particularidades da necessidade e das possibilidades de atendimento, identificou-se como a melhor opção para solução da necessidade a **contratação por inexigibilidade**, pois se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista na alínea b do inciso III do artigo 74 da Lei supramencionada. Observe-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

b) pareceres, perícias e **avaliações em geral**;

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Na presente contratação, tem-se a inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição por “*notória especialização*” da contratada na área de educação.

Ressalta-se que o avaliador Flávio Maria Leite Pinheiro foi indicado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará conforme é possível aferir do Ofício nº 202/2024, por ser um avaliador credenciado pelo CEE.

11. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

11.1. Avaliando a possibilidade e a pertinência do parcelamento do objeto para atendimento da necessidade, considerou-se o tipo de objeto pretendido, assim como os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, de modo que resultou na identificação de melhor opção em não parcelar, pois importa em:

11.1.1. serviço único e com características especiais heterogeneidade ou complexidade;

11.1.2. pertinência de concentração de responsabilidade técnica pela solução;

11.1.3. padronização da solução e imagem do TJCE;

11.1.4. avaliação realizada em uma única visita técnica *in loco*, sendo a elaboração do parecer condicionada a essa atividade, quando o avaliador tem acesso a estrutura física e acesso aos sistemas acadêmicos e documentação pertinente.

12. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A solução indicada permitirá o suprimento das necessidades, de modo que garanta, ao menos em relação a este insumo, a não interrupção da(s) da oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* certificado pela instituição.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

13.1. Para a execução e viabilidade da solução, não será necessária a adequação dos ambientes de trabalho do órgão.

13.2. Quanto à fiscalização e gestão do contrato, este serviço em estudo não exige qualificação específica para recebimento e análise.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. DESCRIÇÕES DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Seguindo o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PLS-TJCE 2021-2026 – que é um normativo de planejamento que permite a institucionalização de práticas de sustentabilidade, visando, dentre outros objetivos, a racionalização de gastos e de consumo por meio da construção e análise de indicadores e metas.

15.2. A visita técnica a ser realizada não gera impacto ambiental.

16. CLASSIFICAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

16.1. Não há necessidade de classificar estes Estudos Preliminares como sigilosos, nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, foi identificada solução viável de prosseguir e ser concretizada para atendimento da necessidade, na medida em que:

17.1.1. A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;

17.1.2. O atendimento está alinhado com os objetivos estratégicos do órgão e com os programas/atividades inerentes ao TJCE;

17.1.3. As quantidades estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada;

17.1.4. A análise de opções demonstra haver forma de atender ao demandado.

17.2. Os resultados pretendidos com a solução escolhida atendem aos requisitos apresentados e agregam ganhos de eficiência administrativa;

17.3. Foram realizadas estimativas expeditas de preços de mercado, a fim de que se permita avaliar, aprovar e programar o provimento dos recursos necessários ao longo de todo o período de implantação da solução e os valores estimados mostram-se razoáveis e coerentes ao que a solução abrange;




17.4. Diante do exposto, indica-se como viável e recomendado a contratação direta por inexigibilidade de licitação do avaliador Flávio Maria Leite Pinheiro indicado e credenciado pelo Conselho Estadual de Educação.

Fortaleza, 4 de dezembro de 2024

Equipe de Planejamento:


Beatriz de Castro Rosa
Diretora Pedagógica


Isabela Fares Matias
Coordenadora de Pós-graduação, pesquisa e extensão